

DETERMINANTES DA QUALIDADE DAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA NO BRASIL: UM ESTUDO COM AS EMPRESAS NÃO FINANCEIRAS LISTADAS NA B3.

Gabriela Lopes dos Santos (PIBIC/CNPq/FA/Uem), Romildo de Oliveira Moraes (Orientador). Email: gabrielalopes@outlook.com.br

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Contábeis / Maringá, PR.

Área: Administração; Subárea: Ciências Contábeis

Palavras-chave: Práticas de Governança Corporativa, Indicadores Financeiros, Mercado de capitais.

Resumo

A implantação de práticas da Governança Corporativa no Brasil foi impulsionada após escândalos de fraudes em grandes empresas públicas e privadas no final de século XX e início do século XXI, que abalaram o cenário econômico do país e a confiança nessas entidades. Conforme o IBGC, a Governança Corporativa é um modo de dirigir, monitorar e incentivar as empresas, envolvendo as relações entre sócios, diretores, conselhos, órgãos fiscalizadores e partes interessadas. Essa prática tem como premissa a transparência e a prestação de contas que faz com que empresas com forte governança tenha mais investidores e conseqüentemente uma valoração de suas ações. Neste estudo foi efetuada uma métrica sobre as práticas de governança corporativa adotadas nas empresas brasileiras não financeiras listadas na B3 nos anos de 2015 e 2016, com objetivo de criar um índice de Governança Corporativa e avaliar a qualidade da Governança corporativa no Brasil. Os resultados indicaram a ausência de correlação entre as melhores práticas de governança corporativa e o desempenho econômico e financeiro nas empresas.

Introdução

A Governança corporativa começou a ser discutida na década de 90, com os pioneiros Robert Monks e Adrian Cadbury, que tinham como foco o direito dos acionistas e os aspectos financeiros das organizações (Rosseti & Andrade, 2014). Com as grandes fraudes financeiras que ocorreram internacionalmente com grande impacto mundial fez com que esse tema ganhasse uma maior importância no âmbito empresarial, sobre como as empresas poderiam demonstrar suas informações contábeis e negociações realizadas com mais exatidão (Chi, 2009). Desse modo, as autoridades passaram a aprofundar seus conhecimentos sobre a Governança Corporativa.

No Brasil, o tema Governança Corporativa também começou a ser debatido após escândalos de corrupção em grandes empresas. Estes problemas afetaram o mercado de forma geral e a confiabilidade das entidades, implicando na forma de compreender e administrar as organizações, ocasionando na adesão de padrões internacionais de Governança Corporativa. (Rossoni & Machado-Da-Silva, 2010) As práticas de Governança Corporativa foram implementadas pela B3, antiga BM&FBOVESPA, com normas que ultrapassam a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/1976). No ano 2000 essa instituição criou níveis de Governança Corporativa, que classifica as empresas em Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado conforme a melhor adesão a essas práticas. O objetivo da implantação de práticas de governança corporativa foi melhorar a avaliação das companhias que decidem aderir, voluntariamente, a um dos segmentos e proporcionar um ambiente de negociação que estimule o interesse dos investidores e a valorização das companhias.

A pesquisa procura analisar a Governança Corporativa das empresas listadas na B3 através do IGOV formado por Leal e Carvalho da Silva (2007) e identificar os determinantes de qualidade da prática da Governança Corporativa, que, para Kleper e Love (2002) são: a serventia da Governança Corporativa, a natureza das operações e o tamanho da organização.

Materiais e Métodos

Neste estudo foi realizado uma pesquisa de campo com 217 empresas não financeiras listadas na B3 e CVM. Para coletar as informações necessárias, foi aplicado o questionário de 24 questões elaborado por Ricardo Pereira Câmara Leal e André Luiz Carvalho da Silva, as informações necessárias para responder ao questionário foram coletadas nos sites da B3 e da CVM. Cada pergunta positiva significava um ponto e ao final do questionário foram somados os pontos feitos por cada empresa nos anos de 2015 e 2016. Com os dados coletados foi construído um Índice de Governança Corporativa dos anos de 2015 e 2016. O índice de governança (IGOV) foi correlacionado com índices financeiros como ROA, ROE e EBIT.

Este estudo pode ser classificado como descritivo. Gil (2002, p. 42) explica que “As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno [...]”. É também classificado como uma pesquisa de campo, conforme diz Vergara (2006, p. 47): “pesquisa de campo é investigação empírica realizada no local onde ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo”.

Resultados e Discussão

Melo Batista, Macedo e Costa (2013) conclui em sua pesquisa que o desempenho empresarial é melhorado com a adesão das boas práticas de Governança Corporativa. De acordo com outras pesquisas a Governança também permite a criação de riqueza para a empresa e ao acionista. (Camargos & Barbosa, 2010; Lameira, Junior Ness & Soares, 2007).

A adoção de práticas de governança corporativa proporciona vantagens tanto para as grandes empresas quanto para as menores, seja pela busca de crescimento contínuo ou de solução aos problemas de agência. Dessa forma, ambas possuem incentivos para adotar melhores práticas de governança (Klapper & Love 2004).

Para realizar este estudo foram selecionadas empresas não financeiras, que são organizações dedicadas à produção de bens e prestação de serviços não financeiros, sendo elas: 20,5% do setor de utilidade pública; 19,1% do setor de consumo cíclico; 18,1% do setor de construção e transporte; 13% do setor de materiais básicos; 11,6% do setor de bens industriais; 10,7% do setor de consumo não cíclico; 3,7% do setor de tecnologia da informação; 1,9% do setor de telecomunicações e 1,4 do setor de petróleo, gás e biocombustível etc. Dentre estas 41,9% fazem parte do Novo Mercado; 9,5% participam do Nível1 de Governança Corporativa; 6,5% integram o Nível 2; 5,6% atuam na Cia Balcão Org. Tradicional; 1,9% participam da Cia Bovespa Mais e 34,9% não têm classificação na B3.

Conclusão

Através dos dados coletados, conclui-se que 11,5% das empresas não financeiras listadas na B3 possuem um IGOV ruim, 56,4% delas possuem um grau de governança corporativa considerado médio e 32,1 % têm um bom Índice de Governança Corporativa.

Através do índice obtido podemos analisar que o nível de boas práticas de governança corporativa criado pela B3, não diz respeito à quantidade de práticas adotadas pela empresa, por exemplo, algumas empresas que compõe o novo mercado, adotam menos práticas de boa governança que empresas do nível 1 e 2. Os índices econômicos utilizados para relacionar a qualidade da Governança corporativa nas corporações brasileiras com o desempenho obtido por essas empresas foram o ROA, ROE e EBIT. O ROA é a sigla de *Return On Assets* que significa retorno sobre ativos, ou seja, demonstra a capacidade dos ativos de gerarem resultados; ROE (*Return On Equity*) que é o retorno sobre o Patrimônio Líquido mede a rentabilidade de uma empresa ao lucro gerado pelo investimento dos acionistas; o EBIT - *Earnings Before Interest and Taxes* significa lucro antes de juros e impostos – é uma ferramenta utilizada para demonstrar o lucro da empresa resultante de sua atividade-fim. Com o cruzamento de dados verificou-se estatisticamente, ao nível de confiança de 5%, que os índices econômicos não se correlacionam com os níveis de GC ou a quantidade de boas práticas adotadas, ou seja, a adoção de melhores práticas de governança corporativa não está correlacionada com os indicadores de desempenho econômico e financeiro nas empresas.

Agradecimentos

Agradecimento especial ao CNPq, pela concessão de bolsa PIBIC, à Universidade Estadual de Maringá, pelo programa PIBIC e ao meu

orientador Prof. Dr. Romildo de Oliveira Moraes, pela orientação na realização desta pesquisa.

Referências

AGUILERA, R. V., DESENDER, K., BEDNAR, M. K., & LEE, J. H. (2015). Connecting the Dots – bringing external corporate governance into the corporate governance puzzle. **The Academy of Management Annals**, 9(1), 483-573. DOI: <https://doi.org/10.1080/19416520.2015.1024503>

CAMARGOS, M. A. De, & BARBOSA, F. V.(2010). A adoção de práticas diferenciadas de governança corporativa beneficia o acionista e aumenta a liquidez acionária? Evidências empíricas do mercado brasileiro. **Revista Gestão**, v. 17, n. 2, p. 189-208, abr/jun.

CARVALHAL DA SILVA, A. L., & LEAL, R. P. C. (2005). Corporate Governance Index, Firm Valuation and Performance in Brazil. **Revista Brasileira de Finanças**, v. 3, n. 1, p. 1–18.

CHI, L. C. (2009). Do transparency and disclosure predict firm performance? Evidence from the Taiwan market. **Expert Systems with Applications**, 36(8), 11198-11203. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.eswa.2009.02.099>

GIL, A. C. (2002). **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. Atlas. São Paulo, 2002.

KLAPPER, L. F., & LOVE, I. (2004). Corporate governance, investor protection, and performance in emerging markets. **Journal of Corporate Finance**, v. 10, p. 703–728.

LAMEIRA, V. de J., JUNIOR NESS, W. L., & MACEDO-SOARES, T.D. L. van A. de (2007). Governança corporativa: impactos no valor das companhias abertas brasileiras. **Revista de Administração**, v.42, n.1, p.64-73, jan/fev/mar.

MELO, R. S. de, BATISTA, P. C. de S., MACEDO, A. C. M. de, & COSTA, R. B. L. de.(2013) A contribuição da governança corporativa para o desempenho das empresas brasileiras de capital aberto. **Revista de Gestão**, v. 20, n. 1, p. 79-92, jan./mar.

ROSSETI, J. P., & ANDRADE, A. (2014). **Governança Corporativa: Fundamentos, desenvolvimento e tendências**. 7ª ed. Atlas. São Paulo.

ROSSONI, L., & MACHADO-DA-SILVA, C. L.(2010). Institucionalismo organizacional e práticas de governança corporativa. **Revista de administração contemporânea**, v.14, no.spe, p.173-198.